

CONTRATO Nº 001/2022

Processo nº.: 01.22.756

Contratação de empresa para prestação de serviços de fiscalização dos contratos que tem por objeto execução de serviços comuns de engenharia, originários do Pregão Eletrônico nº 004/2021 e Pregão Eletrônico nº 006/2021, que celebram a PBH ATIVOS S/A e a empresa ORCPLAN MG ENGENHARIA LTDA.

A PBH ATIVOS S/A, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede a Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/ MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **ORCPLAN MG ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.747.238/0001-09, estabelecida a Rua Rosa Simão Ajeje, nº 315 – Bairro Dom Pedro I – São José da Lapa/MG, representada por sua sócia Carina Castro Coimbra Soares, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 041.653.716-29, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº 002/2022 - processo administrativo nº 01.22.756, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

1.1. Prestação de serviços de fiscalização dos contratos que tem como objeto a execução de serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares.

1.2. Os serviços de fiscalização abrangem a execução dos serviços comuns de engenharia contratados através do Pregão Eletrônico nº 004/2021 e Pregão Eletrônico nº 006/2021, que contratou a execução dos serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial, dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares.

1.3. Os serviços deverão ser executados nos terrenos localizados dentro de cinco regionais da Cidade de Belo Horizonte/MG, **conforme anexo I.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 006/2021 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste CONTRATO será de 08(oito) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da lei, em especial, dos arts. 71,72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O serviço será executado no prazo de 90 (noventa) dias contados da emissão da Ordem de Serviço.

3.3. Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto se dará na forma prevista no art. 121 do RILC da PBH Ativos (IN 006/2021).

4.2. O recebimento do objeto se dará:

4.2.1. Concluída a execução do serviço do contrato e anexo, o objeto contratual será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato, mediante termo de recebimento provisório, se couber, para efeito de posterior verificação da sua conformidade;

4.2.2. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

4.2.3. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do contrato, será realizado o recebimento definitivo pelo Fiscal do contrato com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

4.2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.5. Os SERVIÇOS serão prestados conforme especificações deste contrato.

4.2.6. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

4.2.7. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 49.062,00(quarenta e nove mil, sessenta e dois reais), apurado como menor preço, aferido de forma global, para o período de vigência deste contrato.

5.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal, bem como, entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.

6.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato previamente designado pelo Contratante em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

6.3. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal entregue, conforme subitem 6.1.

6.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

6.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO FINANCEIRO

7.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

8.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

8.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

8.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - a partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.5. O percentual da taxa de administração não poderá ser reajustado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação ou contratação direta;
- II. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como eventual perda de pressupostos para a participação de licitação;

Rua Espírito Santo, nº 605 - 10º andar- Centro - CEP: 30.160.919. Belo Horizonte | MG

☎ +55 31| 3246.7044 📧 contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79 Página 4 de 22

- III. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;
- IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- V. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- VI. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;
- VII. Alocar recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
- VIII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;
- IX. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato;
- X. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- XI. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;
- XII. Designar 1(um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a PBH Ativos, para participar de eventuais reuniões e ser interlocutor da Contratada, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento.
- XIII. Iniciar a execução dos serviços 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.
- XIV. Assegurar o comparecimento do responsável técnico diariamente nos locais da execução da prestação dos serviços.
- XV. Realizar serviços de fiscalização técnica da prestação dos serviços, pautando-se nas normativas vigentes e nas orientações da CONTRATANTE.
- XVI. Registrar e apresentar à CONTRATANTE as anotações de responsabilidade técnica referente à supervisão e à fiscalização dos serviços, no prazo de até 10 (dez) dias, após a emissão da Ordem de Serviço.
- XVII. Assumir a responsabilidade técnica pela fiscalização dos serviços, atestando a qualidade e quantidade dos serviços prestados nas medições de forma a embasar o pagamento da fatura da empresa responsável pela execução dos serviços comuns de engenharia

- XVIII.** Registrar todas as atividades, orientações e informações relacionadas com a prestação dos serviços. O registro deverá ser subscrito pelo informante responsável.
- XIX.** Participar de reuniões de alinhamento da prestação de serviços com a CONTRATANTE e as empresas contratadas para executarem os serviços de cercamentos, conforme contratos nºs. 12/2021; 13/2021 e 14/2021 da PBH Ativos.
- XX.** Caberá à empresa a ser contratada, o acompanhamento e fiscalização dos serviços comuns de engenharia contratados pela PBH Ativos através de pessoa qualificada com formação na área, especialmente designado para tal fim.
- XXI.** A fiscalização consistirá no acompanhamento e verificação da execução de cada etapa dos serviços, zelando pelo cumprimento do padrão de qualidade.
- XXII.** O acompanhamento consiste no monitoramento da evolução dos serviços a serem executados.
- XXIII.** A principal função da empresa contratada é exigir o fiel cumprimento dos contratos e a qualidade dos materiais serviços a serem entregues. Deverá relatar todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização dos contratos.
- XXIV.** Caberá à empresa contratada registrar formal e periodicamente durante a vigência do contrato todas e quaisquer ocorrências. No caso de ocorrências negativas, a empresa contratada deverá informar ao fiscal designado pelo Diretor Presidente da PBH Ativos e sugerir as medidas necessárias para a regularização das falhas e/ou defeitos observados e, se necessário sugerir as penalidades cabíveis, como a notificação das empresas contratadas.
- XXV.** Os relatórios deverão fornecer informações à PBH Ativos sobre o andamento dos serviços executados sob os aspectos técnicos, físico e administrativo. Estes relatórios deverão ser elaborados para a análise do desenvolvimento dos serviços contratos e para solução de problemas, falhas e/ou imprevistos surgidos na prestação de serviços, apresentando-se soluções alternativas e respectivos custos.
- XXVI.** Estes relatórios terão a finalidade de controlar a qualidade dos serviços prestados, aceitar ou rejeitar serviços e verificar se os serviços estão sendo executados segundo as normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade e higiene.
- XXVII.** A empresa contratada para a fiscalização deverá inspecionar os terrenos, instalações e equipamentos das empresas contratadas para execução dos serviços objeto dos contratos a serem fiscalizados, de modo a prevenir riscos e acidentes.

O acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos também é responsabilidade da contratada e ao identificar que o prazo do contrato está por findar, recomendar a PBH Ativos que prorogue ou não o prazo de sua execução. Se o atraso ocorrer na execução dos serviços por culpa da contratada, deverá comunicar à Contratante, através do fiscal para tomar as providencias necessárias conforme previsto nos instrumentos contratuais.

XXVIII. A empresa a ser contratada terá livre acesso aos terrenos, bem como documentos das empresas responsáveis pela execução dos serviços, desde que pertinentes aos contratos objeto de fiscalização.

XXIX. Verificação e conferência da medição dos serviços, que consiste no levantamento de campo, confecção de planilhas, quantitativos dos serviços executados, que servem de base para o pagamento das contratadas para a execução dos serviços e que serão previamente aprovados pela PBH Ativos S.A.

§1º. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§2º. No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a Contratada deverá colaborar com a PBH Ativos no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- II.** Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA nos locais aonde situam os terrenos;
- III.** Receber provisoriamente e, após, definitivamente, a execução dos serviços que esteja em conformidade com o objeto contratado e conforme inspeções realizadas;
- IV.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços contratados;
- V.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
- VI.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- VII.** Providenciar emissão da ORDEM DE SERVIÇO ao (s) vencedor (es) da presente dispensa;
- VIII.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

11.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

11.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S/A, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO

12.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

13.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS -<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de

serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;

- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-004/2021-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

14.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à

Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA ou do CONTRATO, pela CONTRATADA implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.2. Da advertência:

16.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal a CONTRATADA, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será a CONTRATADA advertida sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

16.3. Da multa:

16.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.

IV – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- b) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- c) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- d) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
- e) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- f) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- g) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- h) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
- i) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VI- indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

16.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 16.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

16.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

16.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

16.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

16.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

16.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

16.5. Dos procedimentos

16.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

16.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

16.5.2.1. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

16.5.3. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

16.5.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

16.5.4.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

16.5.4.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

17.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

17.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

17.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

17.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual.**

17.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

17.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato/convênio/parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

17.5.1. A CONTRATADA não será permitido deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

17.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

17.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

17.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das

sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

17.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;

- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

18.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

- I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela
CONTRATANTE;
- I. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DISPENSA DE GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Dada a natureza da prestação de serviço e o número de imóveis a ser fiscalizado quanto a execução de serviços objeto dos pregões eletrônicos: 004/2021 e 006/2021, não será exigida da EMPRESA CONTRATADA a constituição de garantia de execução do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

20.2. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

20.4. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.2. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

DANIEL RODRIGUES
NOGUEIRA:06317850607

Assinado de forma digital por
DANIEL RODRIGUES
NOGUEIRA:06317850607
Dados: 2022.02.04 17:01:09 -03'00'

Daniel Rodrigues Nogueira
Diretoria Negócios
PBH ATIVOS

PEDRO
MENEGUETTI:418354846
20

Assinado de forma digital por PEDRO
MENEGUETTI:41835484620
Dados: 2022.02.07 10:22:48 -03'00'

Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS

CARINA CASTRO
COIMBRA
SOARES:04165371629

Assinado de forma digital por
CARINA CASTRO COIMBRA
SOARES:04165371629
Dados: 2022.02.04 17:05:11 -03'00'

Carina Castro Coimbra Soares
ORCPLAN MG ENGENHARIA LTDA.

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I – RELAÇÃO DOS TERRENOS, LOCAL E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Nº	REGIONAL	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	ZONEAMENTO ATUAL
1	O	114 002	419,97	RUA ISTRIA FERAZ	DOS BURITIS	PA3 Preservação ambiental 3
2	O	034 010A	2261,92	RUA GERALDO LUCIO VASCONCELOS	BURITIS	OM2-Ocupação moderada 2
3	CS	048 025	4624,50	AV. RAJA GABÁGLIA	SÃO BENTO	OM1-61,19% PA1-38,81%
4	L	012 001A	3080,00	RUA TAQUARIL	JONAS VEIGA	OM 2-Ocupação moderada 2
5	NE	117 006	11926,77	VIA DE LIGAÇÃO BR DUZENTOS E SESENTA E DOIS	VITÓRIA	OM2-Ocupação moderada 2
6	NE	035 001	480,00	RUA CONDE DE SANTA MARINHA	CACHOEIRINHA	OM3 Ocupação moderada 3
7	P	001 027	6068,85	RUA DESEMBARGADOR PAULO MOTA	ENGENHO NOGUEIRA	PA1-72,83% OM2-27,17%
8	B	027 013	1163,14	RUA S DOIS	URUCUIA	OM2-Ocupação moderada 2
9	B	032 009	1058,00	RUA S DOIS	URUCUIA	OM2-Ocupação moderada 2
10	B	156 007A	2469,36	RUA PASTOR JOSE BATISTA	JATOBA	AGEE Área de grandes equipamentos economicos
11	B	108A 022	6883,03	AV. EXPEDITO FARIA TAVARES	JATOBA	PA 1-Proteção ambiental 1
12	B	143 048	1516,83	RUA OITOCENTOS E SESENTA E DOIS	DIAMANTE	OP1 Ocupação Preferencial
15	NO	010 028	362,00	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3
16	NO	010 029	423,00	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3
17	B	010 030	360,00	RUA ENGENHEIRO PAULO FERNANDES	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3
18	NO	010 032	395,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3
19	NO	010 033	362,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3
20	NO	010 034	360,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3-Ocupação moderada 3

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

- 1- Realizar serviços de fiscalização técnica da prestação dos serviços objeto dos contratos 12/2021; 13/2021 e 14/202021, celebrados com as empresas IGL Engenharia Ltda. e LTM Engenharia Ltda., pautando-se nas normativas vigentes pertinentes à matéria e nas orientações da CONTRATANTE, conforme descrito na Cláusula Nona deste contrato, que trata das obrigações da contratada.

ANEXO II PROPOSTA DA EMPRESA ORCPLAN



OTIMIZE
OS
CUSTOS
DO SEU
EMPREENHIMENTO

ORCPLAN MG
ENGENHARIA

Orçamentação
Planejamento Físico-Financeiro
Controle de Custos

(31) 97590-3635
carina@orcplanmg.com.br

Rua Espírito Santo, nº 605 - 10º andar- Centro - CEP: 30.160.919. Belo Horizonte | MG

☎ +55 31| 3246.7044 📧 contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79 Página 19 de 22

Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2022.

A Sra. Soraya Mourthé
Helena dos Santos
PBH Ativos S/A

REF. Contratação de empresa para prestação de serviços de fiscalização dos contratos nºs. 012/21, 013/21 e 014/21, que tem como objeto a execução de serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares.

Prezado(s),

Em atendimento a solicitação de V.S.as, vimos apresentar nossa proposta para prestação do escopo em referência.

1 ESCOPO DE SERVIÇOS

Os serviços de fiscalização abrangem a execução dos serviços comuns de engenharia originados do Pregão Eletrônico nº 004/2021 e Pregão Eletrônico nº 006/2021, cujo objeto é a contratação de execução dos serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares, conforme minuta do contrato anexo II deste modelo de orçamento.

A ORCPLAN MG Engenharia Ltda declara que observou o Decreto Municipal nº 15.185, de 04 de abril de 2013, e suas alterações que trata das funções de gestor e fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte e demais normas pertinentes à fiscalização.

Av. Rosa Simão Ajeje, 315 – Bairro Dom Pedro I – 33.350-000 – São José da Lapa/MG
Telefone (31) 97590 - 3635



2 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E SIGILO DE INFORMAÇÃO

- 2.1 No valor da proposta apresentada estão incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, ferramentas, maquinários, alimentação, deslocamentos, manutenção e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o objeto da prestação do serviço.
- 2.2 Declaramos ter ciência dos termos relativos ao sigilo das informações e confidencialidade do processo.

3 VALORES E PRAZO DE EXECUÇÃO

- 3.1 Valor global dos serviços de fiscalização para os contratos nºs 012/21, 013/21 e 014/21, originados dos aludidos pregões eletrônicos é de R\$ 49.062,00 (Quarenta e nove mil e sessenta e dois reais), considerando a execução contratual de 90 (noventa) dias corridos a partir da Ordem de Serviços.
- 3.2 Caso as obras tenham duração superior ao período acima citado, a Contratada será remunerada em valor proporcional ao constante no item 3.1 pelos dias que excederem ao prazo contratual.
- 3.3 Condições de pagamento:
- 3.3.1 O pagamento será efetuado quinzenalmente da seguinte forma:
- 3.3.1.1 R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) quinzenalmente, considerando 06 parcelas;
- 3.3.1.2 R\$ 2.262,00 (dois mil, duzentos e sessenta e dois reais) na entrega do relatório final de acompanhamento.
- 3.3.2 A nota/fatura deverá ser emitida e encaminhada à CONTRATANTE nos dias 01 a 05 e 15 a 20 de cada mês.
- 3.3.3 Os pagamentos serão efetuados pela PBH ATIVOS em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da nota/fatura.

Av. Rosa Simão Ajeje, 315 – Bairro Dom Pedro I – 33.350-000 – São José da Lapa/MG
Telefone (31) 97590 - 3635





PC-04-01022_R02

Página 4 de 4

3.3.3.1 Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura o prazo para atestação e pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

4 CONDIÇÕES GERAIS

Para elaboração dos documentos acima listados serão considerados os seguintes parâmetros:

- 4.1 Todo o material será entregue em mídia digital a CONTRATANTE com a devida assinatura digital da Contratada;
- 4.2 Constitui responsabilidade da CONTRATANTE, sem desconto do valor contratual pactuado junto a CONTRATADA, o pagamento de valores relativos a possíveis consultorias técnicas especializadas para definição de itens e serviços de maior relevância no processo e não definidos nos projetos, tais como: consultoria em geotecnia, sondagem, cálculo estrutural, estabilização de taludes, drenagem pluvial, instalações hidráulicas e elétricas, etc.;

Esta proposta é válida por 90(noventa) dias a partir desta data.

A disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Razão Social: ORCPLAN MG ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 31.747.238/0001-09

Endereço: Rua Rosa Simão Ajeje, 315, B. Dom Pedro I, São José da Lapa/MG

Telefone: (031) 9 7590 3635

E-mail: carina@orcplanmg.com.br

Modalidade: Contratação por empreitada global.

VALIDADE DA PROPOSTA: de pelo menos 90 dias, contados da apresentação formal à PBH Ativos

S/A.

Av. Rosa Simão Ajeje, 315 – Bairro Dom Pedro I – 33.350-000 – São José da Lapa/MG
Telefone (31) 97590 - 3635

Portal da Assinatura - PBH

23 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Quinta-feira, 10 de Fevereiro de 2022 às 12:16

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

CONTRATO Nº 001-2022 - ASSINADO.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Quinta-feira, 10 de Fevereiro de 2022 às 12:20
Assinante: LIVIA ANDREA SALDANHA BAGGIO REZENDE Matrícula: AT000014
Hash da assinatura: 7D448F8BE16BF254B4BFD74BB6C1644506441799 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Quinta-feira, 10 de Fevereiro de 2022 às 12:16
Assinante: MARIO ANTONIO ALVARENGA FROIS AT000071 Matrícula: AT000071
Hash da assinatura: 3539810466FD7F54BFA946D39581644506186398 Para validar utilize o QR Code ao lado.

